

POPULAÇÃO CABOCLA EM UM ESPAÇO DE FRONTEIRA: PAISAGEM E USO COMUM DA TERRA NA FLORESTA OMBRÓFILA MISTA DE SANTA CATARINA (SÉCULOS XIX E XX)

Marlon Brandt

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Professor do curso de Geografia - Licenciatura e dos Programa de Pós-Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em Geografia, Chapecó, SC, Brasil
marlon.brandt@uffs.edu.br

Clóvis Alceu Cassaro

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Graduando do curso de Geografia – Licenciatura e bolsista PIBIC, Chapecó, SC, Brasil
clovis_c@hotmail.com

Gerson Junior Naibo

Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Graduando do curso de Geografia – Licenciatura e bolsista PIBIC/CNPq, Chapecó, SC, Brasil
gersonjrnaibo@outlook.com

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar a construção daquilo que pode se entender como uma “paisagem cabocla” em um espaço de fronteira, como era a região dominada pela formação da Floresta Ombrófila Mista (FOM) em Santa Catarina, e suas práticas de uso em comum da terra. Parte-se da ocupação da região, em meados da segunda metade do século XIX até a segunda metade do século XX, quando o avanço de uma nova lógica socioespacial, representada pela apropriação privada da terra, com a exploração madeireira e a colonização promoveram a alteração da paisagem e a desestruturação de tradicionais práticas de uso e acesso à terra. Para compreender esse processo de transformações na paisagem do passado, a pesquisa trabalha com os preceitos da geografia histórica, partindo da ideia da indissociabilidade do espaço e do tempo, valendo-se do emprego de variadas fontes de pesquisa como imagens, censos, testemunhos orais e reportagens de jornais que abordem o período estudado.

Palavras-chave: Populações tradicionais. Geografia Histórica. Paisagem. Suinocultura. Erva-mate.

CABOCLA POPULATION IN FRONTIER SPACE: LANDSCAPE AND COMMON USE OF THE LAND IN SANTA CATARINA'S MIXED OMBROPHYLOUS FOREST (19TH TO 20TH CENTURIES)

ABSTRACT

This article analyses the construction of the so called "caboclo landscape" in a frontier space of the region covered by the Mixed Ombrophilous Forest in Santa Catarina, and its common land use practices. The article starts with the occupation of the region, in the last quarter of 19th. Century until the second half of the 20th century, when the advance of a new socio-spatial logics, represented by the private land appropriation through logging and colonization promoted the landscape change, and the disruption of traditional land use practices and access. To understand this process of transformations in the landscape of the past, it works with the scope of historical geography, taking for standpoint the idea of the inseparability of space and time, using various research sources such as images, censuses, oral testimonies and newspaper reports from the period.

Keywords: Traditional populations. Historical Geography. Landscape. Pig farming. Yerba Mate.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo analisar a construção daquilo que pode se entender como uma “paisagem cabocla” (BRANDT, 2015a; MORETTO e BRANDT, 2019) em um espaço de fronteira, como era a região dominada pela formação da Floresta Ombrófila Mista (FOM) em Santa Catarina, e suas práticas de uso em comum da terra. Parte-se da ocupação da região, em meados da segunda

metade do século XIX até a segunda metade do século XX, quando o avanço de uma nova lógica socioespacial, representada pela apropriação privada da terra, com a exploração madeireira e a colonização, promoveram a alteração da paisagem e a desestruturação de tradicionais práticas de uso e acesso à terra. Por caboclos entendemos que estes sejam, como apontam Marquetti e Lopes da Silva (2016) “um dos habitantes das fronteiras do sul do Brasil, que aí vive desde o período anterior à chegada dos colonizadores de origem europeia” (MARQUETTI e LOPES DA SILVA, 2016, p. 109). Mesmo, que, como aponta Paulo Pinheiro Machado (2004) “não haja uma conotação étnica nesta palavra, frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra, é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões” (MACHADO, 2004, p. 48).

Além dessas características, outra que se destaca em relação a essa população que vivia no espaço de fronteira de expansão do povoamento, partindo das fazendas das áreas de Campos do Sul do Brasil, estava relacionada a práticas de uso em comum da terra baseadas no extrativismo da erva-mate (*Ilex paraguariensis*) e na criação de animais, sobretudo o porco, tanto para o consumo interno quanto para comercialização em povoados e cidades próximas. Atividades relacionadas ao uso em comum da terra e dos recursos naturais encontram-se disseminados em vários espaços do planeta para a geração de benefícios mútuos, como apontam McKean e Ostrom (2001). No Brasil, essas práticas encontram-se sob as mais variadas formas no território, relacionadas com os recursos naturais em seu espaço, sendo seu uso, conforme Almeida (2004, p. 12), “combinado tanto com a propriedade quanto com a posse, de maneira perene ou temporária” envolvendo variadas atividades produtivas, como o extrativismo, a agricultura e atividades de criação de animais que se refletem na construção da paisagem. Essa pode ser vista como a materialização da ação humana, sendo o resultado da acumulação de atividades que expressam uma imbricada relação que envolvem “objetos naturais e objetos fabricados, isto é, objetos sociais” (SANTOS, 2004, p. 53) e ações em variadas escalas temporais.

Embora McKean e Ostrom (2001) apontem que muitas dessas práticas tenham desaparecido ou assumido novas funções por novas relações ambientais ou mudanças tecnológicas, é possível afirmar que, no Brasil, muitas dessas práticas sofreram com a legislação, que desconsiderava essa forma de regime de propriedade ou uso da terra (CAMPOS, 2011). A interferência ou inserção de elementos externos a uma determinada comunidade ou região que, ao se apropriarem daquele espaço, promovem, na quase totalidade dos casos, a desarticulação das redes sociais do lugar, seja pelo cercamento, destruição ambiental ou pela própria expropriação dos moradores, culminam não apenas na desagregação dos espaços de uso comum da terra, mas também em seu término, juntamente com outras práticas sociais de cunho coletivo.

Para compreender o processo de transformações na paisagem, a pesquisa trabalha com os preceitos da geografia histórica, partindo da indissociabilidade do espaço e do tempo, pois conforme Santos (2004, p. 60), “um enfoque espacial isolado ou um enfoque temporal isolado, são ambos insuficientes”. O espaço é construído ao longo do processo histórico, sendo, conforme o autor, composto por “atualidades de hoje e do passado”. Ao analisar o que era atual no passado, o geógrafo se vale praticamente das mesmas fontes disponíveis ao geógrafo do presente: jornais, imagens, mapas, depoimentos orais e fontes oficiais, como relatórios, ofícios, mensagens de governadores, censos, estatísticas e a legislação, por exemplo. Ou seja, fontes produzidas a partir da visão de mundo de um outro sujeito, produzindo os dados examinados ou sendo um ator no processo. Porém, o que diferencia dos estudos do atual são os contextos em que esses materiais são produzidos, daí a importância do olhar crítico em relação às fontes. Outro aspecto importante que a geografia histórica pode contribuir, refere-se a necessidade ressaltada por Philo (1996, p. 270), de se introduzir uma “sensibilidade geográfica” ao se estudar “fenômenos do passado – econômicos, sociais, políticos ou qualquer outro – que são a própria ‘substância’ da história”.

Na pesquisa foram visitadas diversas instituições públicas e privadas. Dentre elas a Biblioteca Pública de Santa Catarina, em Florianópolis, o Museu Histórico de Pinhalzinho, o Museu de Fraiburgo e o

Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), em Chapecó, que se destaca regionalmente por possuir um vasto acervo de fotografias, mapas, plantas, relatórios, processos judiciais, jornais, depoimentos orais transcritos e documentação de empresas colonizadoras. Além dessa documentação física, foi consultada a biblioteca digital do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que possui censos, livros, artigos e o banco de imagens de pesquisas e atividades de campo disponíveis¹.

Para estudar a população cabocla e a FOM no passado, o artigo aborda três importantes períodos histórico-geográficos da construção da “paisagem cabocla”. Em ordem cronológica, o primeiro busca demonstrar as principais características do processo de povoamento desse espaço de fronteira a partir do século XIX, iniciando das fazendas pastoris das áreas de campo rumo às florestas, construindo uma paisagem cuja principal característica é a “roça cabocla”, que é analisada no segundo item. Sobre a “roça cabocla”, se discute como essa forma de uso da terra modelou e conservou morfológicamente a paisagem florestal. E a última parte, propõe discutir como o processo de transformações na paisagem promovidos pela inserção de elementos externos, como a apropriação privada da terra, a colonização e a atividade madeireira, levaram a uma série de rupturas e a desagregação dos espaços onde eram possíveis as práticas de uso e acesso em comum da floresta.

POVOAMENTO DE UM ESPAÇO DE FRONTEIRA

Uma das principais características da natureza do povoamento da região sul do Brasil, apontada por Waibel (1949), é a dualidade campo/floresta. Em Santa Catarina, a dualidade é mais emblemática na relação entre os Campos e a FOM. Na FOM, também conhecida como Floresta de Araucária, Mata de Araucária ou Mata dos Pinhais, dada à presença dominante da araucária (*Araucaria angustifolia*), também são encontradas diversas espécies de lauráceas de alto valor comercial, mirtáceas e aquifoliáceas como a erva-mate (*Ilex paraguariensis*). A FOM apresenta subformações e submatas com diferentes espécies, que assumem maior ou menor presença em algumas áreas, relacionadas a aspectos como clima e relevo, formando dois grupos distintos de comunidades, como apontam Leite e Klein (1990). Na primeira, que parte da porção norte do planalto catarinense e alto Vale do Rio do Peixe rumo ao Oeste, a araucária se distribui de forma esparsa em um bosque composto por cerca de 70 a 90% de árvores pertencentes a espécies como a imbuia (*Ocotea porosa*), sendo essa a espécie mais representativa. Além de outras, como a canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-preta (*Nectandra megapotamica*), canela-fogo ou canela-pururuca (*Cryptocarya aschersoniana*) acompanhada de espécies como a sacopema (*Sloanea monosperma*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e a erva-mate. No outro grupo, localizado entre a parte sul do Vale do Rio do Peixe e ao leste, na região do município de Lages, a araucária forma um estrato superior bastante denso, sobre um estrato de 60 a 80% de espécies como a canela-lageana (*Ocotea pulchella*), espécie dominante, canela-amarela (*Nectandra lanceolata*), canela-guaicá (*Ocotea puberula*), canela-fedida (*Nectandra grandiflora*), guabirobeira (*Campomanesia xanthocarpa*) e diversas mirtáceas e aquifoliáceas.

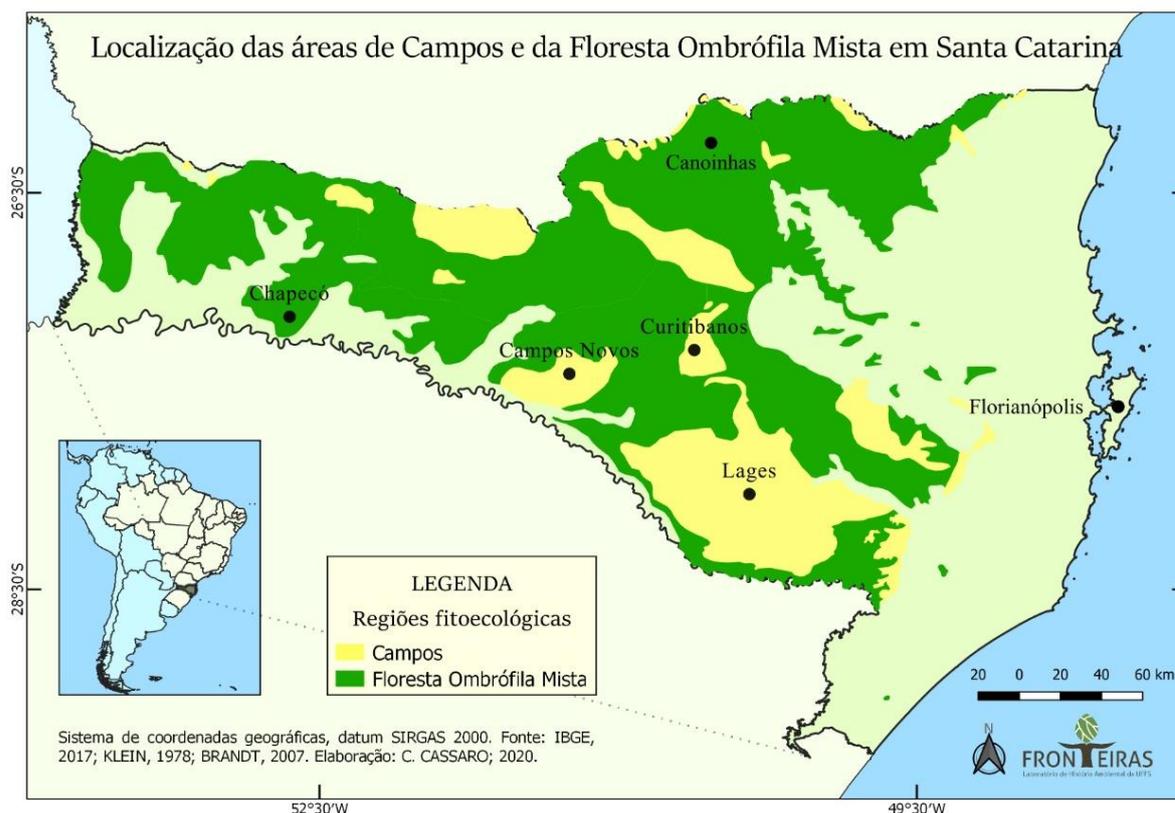
Os Campos encontram-se no planalto compreendido pelos derrames basálticos que formam a Serra Geral, e no Planalto Sedimentar, com altitudes que não raro ultrapassam 1.000 metros, formando o que Klein (1978) denomina como Campos do Planalto². Nos Campos, encontram-se também capões, que consistem em bosques em meio aos Campos, matas ciliares e de galeria, cuja composição florística é idêntica à da FOM. Em muitos casos os Campos formam extensões consideráveis,

¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

² Apesar do IBGE denominar os Campos como “Estepes”, pesquisadores como Lindmann (1974), Rambo (2010), Klein (1978), Pillar (1997) e Overbeck (2007), preferem referir-se a esta vegetação simplesmente como “Campos”, empregando também termos como “campo limpo” e “campo sujo”. No texto essa formação vegetal será tratada como Campos, com letra maiúscula, para indicar a formação vegetal, enquanto campo, com letra minúscula será empregado para indicar o tipo fisionômico da paisagem.

sobretudo, nas áreas que compreendem os atuais municípios de São Joaquim, Lages, Curitibanos, Campos Novos, Matos Costa e na parte norte do Vale do Rio do Peixe, abrangendo os “Campos de Palmas”, cuja maior área está situada no Estado do Paraná. Em alguns pontos também são encontradas manchas menores. O mapa da Figura 1, apresenta a distribuição da FOM e das principais áreas de Campos dentro do bioma Mata Atlântica em Santa Catarina.

Figura 1 - Santa Catarina: localização dos Campos e da Floresta Ombrófila Mista.



Fonte - CASSARO, 2020.

Esses campos e florestas, povoados durante séculos por diversas tradições e grupos indígenas, dos quais os mais recentes e conhecidos são os Kaingáng e Xokleng, passaram a ser alvo das primeiras incursões europeias ainda no século XVI, promovidas por jesuítas, bandeirantes e exploradores que não deixaram nenhuma marca significativa de sua presença. A fixação do europeu nesses espaços se daria apenas no século XVIII, e nas áreas de Campos, a partir da exploração do gado introduzido pelos jesuítas nos campos do atual Estado do Rio Grande do Sul. Com o fluxo do escoamento dos animais destinados ao Sudeste e às regiões mineradoras do Centro-Oeste, formou-se uma rede de caminhos ligando o Sul a Capitania de São Paulo, dando origem a diversas fazendas de pouso e criação, aproveitando os imensos Campos que se abriam em meio às florestas, dando origem também, a muitas das primeiras vilas e povoações da região (BRANDT, 2012).

Se nos Campos dominava uma economia pastoril, com baixa ocupação demográfica, a floresta representava aos fazendeiros “mais um obstáculo do que uma riqueza”, impedindo a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado (LAGO, 1988, p. 264). Dessa maneira, a partir do final da primeira metade do século XIX, as florestas surgiram como possibilidade de uma nova vida para muitas pessoas ligadas às fazendas, como ex escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex agregados e peões, partindo principalmente das áreas situadas ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, enquanto do noroeste e oeste, partiam dos campos de Guarapuava e

de Palmas no Paraná (MACHADO, 2004). Muitos dos novos ocupantes desse espaço de fronteira também eram fugitivos ou sobreviventes de conflitos como a Revolução Farroupilha (1835-1845) e a Revolução Federalista (1893-1895) (AURAS, 2001). Em relação aos ex agregados das fazendas, muitos partiram por vontade própria, a partir de um costume comum na região na relação que envolvia o fazendeiro e o agregado. Era comum o fazendeiro permitir aos agregados manterem um rebanho formado das crias de reses ganhas “de presente”. Se, com o passar dos anos, o número de cabeças do rebanho fosse considerado excessivo, o fazendeiro mandava o agregado se mudar, buscando terra própria, ou que vendesse o excesso de animais. Se o agregado partisse em busca de novas terras, este se tornava independente, passando a viver “sobre si”. Ocupar essas fronteiras como uma forma de liberdade ou para iniciar uma atividade por conta própria, era sem dúvida uma situação tentadora, porém arriscada, já que teria que conviver com a existência de tensões e conflitos com a população indígena, em uma clara disputa territorial (QUEIROZ, 1981, p. 30-31).

Na ocupação desse espaço de fronteira, que não teve o caráter de uma fronteira em marcha, mas sim de uma “sorradeira infiltração”, para utilizar o termo empregado por Queiroz (1981, p. 35), campos e florestas representavam não apenas paisagens distintas, mas também diferentes modos de vida, contribuindo, nas palavras de Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 355), “para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes”. A posse consistia em uma forma extralegal de acesso à terra, cuja origem no Brasil remete ainda ao período colonial, quando o acesso oficial a estas ocorria a partir da concessão de sesmarias. De acordo com Costa (1999, p. 175), “todas as pessoas que penetravam nas regiões do interior – áreas sem nenhum valor comercial – podiam controlar um pedaço de terra, desde que fossem capazes de enfrentar os índios e sobreviverem na selva”. Dessa maneira, “a disponibilidade de grandes extensões de terra tornou-a acessível àqueles que não tinham condições de participar da economia comercial, permitindo-lhes sobreviver no âmbito da economia de subsistência”. Eram sujeitos que, conforme Queiroz (1981, p. 35-36), “não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isso enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos, dentro da floresta”.

O povoamento por essas populações na região, eram realizadas de forma dispersa no espaço e acompanhando os cursos hídricos. Na maioria das vezes, esses cursos naturais eram os únicos marcos limítrofes, onde marcos naturais como córregos, rios ou mesmo árvores falquejadas serviam como divisas (BRANDT e NODARI, 2011). Ao se instalarem nas terras poderiam viver da agricultura de subsistência, consorciada à extração da erva-mate e a criação de animais, dando origem ao sistema de uso da terra que Queiroz (1981) denominou como “roça cabocla”, formada de acordo com Renk (2006, p. 107), a partir da adoção de “uma prática costumeira de dividir as terras em terras de plantar e terras de criar”.

“ROÇA CABOCLA” E USO COMUM DA TERRA NA CRIAÇÃO DE ANIMAIS E NA COLETA DA ERVA-MATE

A “roça cabocla” constituía a principal característica da paisagem cabocla, nos espaços onde a presença da erva-mate era mais escassa, substituindo “o aproveitamento do mate onde quer que fossem raras as minas de erval. Noutros lugares, tornou-se complemento quase obrigatório da atividade extrativa” (QUEIROZ, 1981, p. 35). Dentro da chamada “roça cabocla”, ocorria uma divisão espacial entre a lavoura e a criação denominadas “terras de plantar” e “terras de criar” Renk (2006, p. 107). As chamadas “terras de plantar” encontrava-se longe de casa e próximas aos cursos d’água, enquanto as “terras de criar” compunham todas as terras, sendo inclusive a distância das “terras de plantar” da casa vista como um sinal de abundância de terras.

Nas “terras de plantar” adotavam a coivara, que consistia em um sistema de rotação de terras, onde a roça era formada após derrubarem e queimarem parte da floresta. Nessas terras, o milho era o centro da lavoura e a base da alimentação junto ao feijão, onde também eram plantadas melancias, abóboras e outras plantas (QUEIROZ, 1981). João Quadros (2014, depoimento), antigo morador da

região de Chapecó, rememora da seguinte forma a abertura das roças feitas por sua família:

Derrubava o mato e daí queimava e plantava, até o terceiro ano dava sem limpar, depois mudava [...]. Ficava ai usando a terra por três anos e quando chegava ao final o primeiro rocio já tinha nove anos e já era capoeirão. Derrubava o capoeirão com o machado e fazia outra roça. [...] atavam uma bolsinha na cintura, com a cavadeira, tiravam a sementinha de três em três e plantavam, ai colocavam o pé em cima da cova para esconder a semente dos bichos, porque tinha muito bicho que comia a semente (QUADROS, 2014).

Na “roça cabocla”, a plantação geralmente ficava bem distante da casa, e quem não possuía paiol retirava os produtos à medida que necessitava (QUEIROZ, 1981, RENK, 2006).

Nas “terras de criar” eram criados os animais, sobretudo porcos soltos, e extraía-se a erva-mate, nas regiões onde ela abundava. Em relação aos porcos, pela rusticidade e pelo fato de serem onívoros, se alimentando de raízes, pequenos animais e sementes, notadamente o pinhão, abundante nos meses frios, acabaram por assumir o protagonismo na criação das famílias caboclas. Sua criação poderia atender não apenas as necessidades familiares, mas também o comércio local em vilas e cidades próximas, em fábricas de banha e pequenos frigoríficos locais que surgiram na região. Muitas delas nos núcleos coloniais formados às margens ou próximas à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que passou a operar na década de 1910, que também servia como meio para escoar animais vivos para frigoríficos mais distantes (CORREA, 1970; RENK, 2006; FERRARI, 2011; BRANDT, 2015b).

A respeito das criações Sebastião Celso Abrão (2005, depoimento), ex criador da região de Fraiburgo, destaca algumas das características do manejo dos animais, como a ampla mobilidade e a ausência de cercas nas divisas das terras de posses ou legalizadas:

Era tudo em aberto, tinha a propriedade, tinha um potreirinho para fechar um cavalo, mas era tudo em aberto. [...] Só o marco na época, cada um sabia onde era a divisa. E todo ano era retocada a divisa, roçada para não desaparecer. Ia de um marco para outro e limpava. Eu passava para o terreno do outro, passavam no meu terreno, ninguém ligava. Tudo em aberto (ABRÃO, 2005).

O mesmo é destacado por José Lindolfo Cordeiro Leite (2005, depoimento), ex criador de animais também da região de Fraiburgo, a respeito da criação à solta:

[...] naquele tempo criava, nem tinha cerca, era aberto, só fazia uma marca onde eram as divisas [...] não tinham cerca, nada, que não existia arame. E daí ali era a divisa de terreno, mas a criação era tudo junto, uns criavam porco outros criavam gado. E era tudo misturado. Era um espaço muito grande. Então a criação vivia solta, às vezes extraviava os animais, meu Deus do céu. Então da nossa fazenda nós vínhamos para pegar animal [...] Às vezes levava mês para a gente achar. Naquele tempo tinha tudo que era criação (LEITE, 2005).

Nesses espaços, a floresta era usufruída em comum pelos criadores, onde, como foi visto no depoimento de José Lindolfo Cordeiro Leite, não era raro animais de proprietários vizinhos estarem em suas terras ou animais deles se distanciarem. Pelo fato da criação circular livremente, eram cercadas apenas as “terras de plantar” para evitar a invasão de animais. Conforme Abrão (2005, depoimento), “fechava a roça para os porcos não entrarem, fazia cerca em roda. Na época fechava de trincheira, nem era de rachão, fazia uma coivara na roça”.

A erva-mate, onde quer que ela ocorresse em maior volume, foi outro elemento importante na fixação e uso da floresta. A esse respeito Queiroz (1981, p. 32) comenta: “[se] os campos nativos marcam as superfícies por onde se estendeu a frente pastoril, os trechos de floresta indicam aquelas por onde se espalhou a atividade extrativa”. Até meados do século XX a produção ervateira seguia o modelo indígena, sendo praticado nos meses de inverno. A exploração, que no caso dependia da força familiar, ocorria tanto nas próprias terras, quanto em comum nos ervais encontrados em terras devolutas, como aponta Tomporoski (2004) em relação a região de Canoinhas ou no Oeste, conforme

sugerem os depoimentos de antigos moradores da região. Tal prática na região de Chapecó é descrita da seguinte forma por Rita Fernandes da Silva (2006, depoimento): “assim a erva mate [...] você podia ir em qualquer lugar e cortar erva ninguém fazia conta, ninguém fazia conta de você derrubar e tiram um carijó de erva, ninguém se importava”. Nesse período, a erva-mate seria inclusive moeda corrente, que poderia ser trocada por produtos de consumo como tecidos, sal, açúcar, café e pólvora com comerciantes locais (TOMPOROSKI, 2006; FERRARI, 2011).

A produção ervateira na FOM tinha destinos variados, o que dependia de sua localização. Se o destino nas áreas mais próximas à fronteira Oeste eram as empresas argentinas, nas regiões mais próximas ao Vale do Rio do Peixe e do Iguaçu, o destino eram os comerciantes locais ou filiais de ervateiras paranaenses, localizadas na região de Porto União. A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande dinamizou também a produção ervateira local, atraindo ervateiros que obtinham a concessão das terras, ou da exploração dos ervais nas terras devolutas (onde não era raro conseguirem por meios escusos envolvendo o poder político local) e comerciantes que despachavam o produto para os países do Prata e o Rio Grande do Sul (PARANÁ, 1899; CORRÊA, 1970; QUEIROZ, 1981; GOULARTI FILHO, 2012).

A coleta do mate e o manejo extensivo dos animais, com a ausência de cercas, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Renk (2004, p. 28), era uma prática possível neste espaço com baixa ocupação demográfica e vastas extensões da floresta. Sendo assim, é possível afirmar como aponta Brandt (2015b), que a “roça cabocla” com a separação entre as “terras de plantar” e as “terras de criar” modelou a paisagem da FOM de Santa Catarina em alguns espaços por mais de um século. Essa “roça cabocla” pode ser compreendida dentro do que Furlan (2006, p. 4-5) denomina como uma “floresta cultural”. Esta é manejada por populações que usufruem seus recursos de forma compartilhada, cujas principais características são o desenvolvimento de práticas condizentes ao ambiente, conhecimento sobre o seu funcionamento e utilização de forma sustentável. Práticas sociais, espaciais e econômicas assentadas em um conjunto de normas e costumes, fundamentadas na tradição e na memória, e que também serviam como uma espécie de delimitação territorial dessas populações (BRANDT E NODARI, 2011). Essa paisagem para esses moradores não representaria assim “apenas a incidência de uma espécie vegetal ou uma ‘mancha’, como se diz cartograficamente, mas [também] uma expressão identitária, traduzida por extensões territoriais de pertencimento” (ALMEIDA, 2004, p. 28). A “roça cabocla”, juntamente com outras relações sociais, como as festividades religiosas e de entreajuda, influenciaram a vida desses moradores, onde, como aponta Tomporoski (2006), “as pessoas que ali habitavam percebiam aquela porção de terras como ‘seu’ local, resultando na construção de um sentimento de pertencimento [...] cultivando assim sua unidade” (TOMPOROSKI, 2006, p. 25).

A “roça cabocla” passou a ser vista com estranheza, sobretudo, em relação aos primeiros colonizadores que chegaram na região a partir da década de 1920. Essa visão sobre a população cabocla pode ser vista, por exemplo, nos relatos de Wenceslau Breves (1985) na obra “O Chapecó que eu conheci”. Nela, o autor busca registrar “alguns dados para julgar os elementos que o povoavam, sua mentalidade, seus hábitos e costumes, certos tipos que ali floresceram, sua primeira resistência a colonização, os defeitos e qualidades da primitiva e brava gente de Chapecó” (BREVES, 1985, p. 9), quando atuou entre 1920 e 1924, inicialmente como auxiliar da Comissão Técnica Discriminadora de Terras, demarcando as terras concedidas à Empresa Colonizadora Bertaso, Maia & Cia, e mais tarde como Agente de Terras do 8º Distrito, que abrangia os municípios de Cruzeiro (atual Joaçaba) e Chapecó. Breves volta, nas palavras Renk (2006, p. 114), seu “olhar etnocêntrico do colonizador”, na desqualificação das temporalidades e espacialidades dos caboclos, vistos como um símbolo do atraso, com práticas irracionais e antieconômicas. Essa crítica dirigiu-se por exemplo a “roça cabocla”, chamada por ele de “sistema brasileiro” na qual fez o seguinte comentário:

A maior parte destes caboclos tinham seus ranchos em lugares já devastados, transformados em campinas. Mas iam fazer suas roças à beira de uma sanga ou rio à léguas de distância. Isto para não serem obrigados a fazer cercas e poderem ter seu cavalo e vaca (quando a tinham) perto de casa.

Isto fazia com que a moradia do caboclo fosse uma desolação: nem um pé de milho em torno, nem uma árvore frutífera, nem um pé de couve. Às vezes algumas galinhas e alguns porcos soltos, nada mais. (BREVES, 1985, p. 21-22).

Crítica semelhante se encontra nos registros de Maria Pasqualli Hirsh, em seu livro que trata da vida do colonizador Ernesto Bertaso, ao comentar sua chegada na região de Passo dos Índios, atual Chapecó em 1918, onde enfatiza a abundância e riqueza da natureza em contraste com a indigência do caboclo:

Há muita erva-mate, a vegetação é menos espessa e, de vez em quando, encontram casebres, sem uma horta ou um pé de fruta por perto. As araucárias, que já apareciam desde o topo da serra, começam a surgir mais e mais – suas copas verdes encontram-se a vários metros de altura, como se fosse um caramanchão! Há pinheiros que podem ser abraçados por quatro homens, ou mais! (HIRSH, 2005, p. 49)

Breves, que também era colonizador e chegou a entrar na justiça contra posseiros em suas terras (BRANDT, 2013) via o regime da posse como um intrusamento. Este, no seu entender traria diversas vantagens a essas famílias caboclas, pois “não pagariam impostos, não se sentiriam na obrigação de fazer uma boa casa ou uma boa roça, visto ali estarem provisoriamente, e terem a facilidade de se mudar quando quisessem, coisa muito do gosto de muitos deles” (BREVES, 1985, p. 32).

A medida que essas terras passavam a ser alvo da apropriação privada para colonização e exploração madeireira, essas situações envolvendo a posse e seus usos, passam a ser cada vez mais visíveis. A Lei de Terras, embora promulgada em 1850 só se faria sentir de forma mais intensa com a transferência das terras devolutas aos Estados em 1891. Em Santa Catarina a política de terras, conforme Machado (2004), estava “ligada ao estímulo da colonização europeia, voltada para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses de capital mercantil e de empresas particulares especializadas em especulação com terras” (MACHADO, 2004, p. 139). As populações caboclas, assim como as indígenas foram excluídas desse processo. As vastas florestas, oficialmente vistas como “vazios demográficos”, passam então a ser alvo de políticas baseadas na propriedade privada da terra, precarizando o acesso e uso da terra por parte da população cabocla.

RUPTURAS NA PAISAGEM: APROPRIAÇÃO PRIVADA DA TERRA, COLONIZAÇÃO E EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

A “institucionalização da propriedade privada” da terra, para utilizar o termo empregado por Cavallazzi (2003), passou a se intensificar na região sobretudo a partir do final do século XIX, precarizando o acesso e uso da terra pela população que vivia sob o regime da posse. Esse processo, promovido por grandes fazendeiros, políticos e grupos econômicos, interessados no aumento das propriedades, na exploração madeireira e/ou colonização, assinalou a intensificação de um processo de transformações socioespaciais relacionadas à questão da terra, dando origem a diversas situações de disputa pela sua posse, sendo a Guerra do Contestado (1912-1916), o principal marco de resistência da população cabocla (MACHADO, 2004).

Em linhas gerais, o movimento do Contestado teve início como um fenômeno religioso de exaltação mística com fortes características messiânicas, o que foi mantido, com maior ou menor intensidade, até os momentos finais. Era um grupo bastante heterogêneo, que envolvia diferentes elementos sociais, como posseiros expropriados, comunidades negras e caboclas, ervateiros, trabalhadores desempregados, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos *coronéis*³ da região. Para Machado (2004), o movimento identificou desde o início a marginalização da população local enquanto cresciam os estímulos para a europeização da região através da colonização. Havia também o descontentamento político e social relacionados à posse da terra, tendo como seus principais alvos os *coronéis*, especuladores e o capital estrangeiro, representados pelo grupo norte-americano *Brazil Railway Company*.

A valorização da erva-mate no final do século XIX, e primeiras décadas do século XX, espacialmente acarretou na expansão da apropriação privada das terras ricas em ervais nativos, como era o caso da

³ Quando a denominação coronel for mencionada em itálico trata-se de uma referência ao “chefe local”, utilizando o termo de Monteiro (1974), ou a grandes proprietários de terras, membros da Guarda Nacional. A Guarda Nacional, criada em 1831, servia originalmente para a defesa da Constituição e a manutenção da ordem local e regional, policiando e prevenindo revoltas. De modo semelhante às instituições militares, havia uma hierarquia, onde os postos mais elevados eram os coronéis, seguidos pelos majores, capitães e outras patentes inferiores. Essa instituição refletia, segundo Queiroz (1989, p. 156), “no escalonamento de seus postos, a estrutura sócio-econômica das diversas regiões”.

porção norte da FOM, na região de Canoinhas e no Vale do Rio do Peixe, em terras não concedidas à *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. A apropriação privada da terra não resultou apenas na expulsão de diversas famílias caboclas de suas propriedades, mas também impediu o acesso de muitas famílias a exploração dos ervais.

Isso pode ser visto, por exemplo, nos arrendamentos realizados pelo Estado a diversos *coronéis* locais. Ao adotar medidas regulando a extração do mate, o Estado também incluiu em seus artigos a concessão dos ervais a particulares, como é possível observar no Art. 1º Lei Estadual nº 700, de 27 de outubro de 1906, que dá “providência sobre a herva matte”:

Art. 1º: Nas terras de domínio do Estado que nos termos da Lei forem aforadas a particulares, assim como as de domínio municipal e particular, a colheita da herva matte só se fará observadas as seguintes prescrições:

- a) A poda será feita de 1º de Maio a 30 de setembro.
- b) As árvores de matte só poderão ser podadas depois de decorridos tres (3) annos da poda anterior.

§ Unico. O infractor incorrerá na multa de 10\$000 (dez mil-réis) por 15 kilos de herva matte colhida na observancia d’este artigo (SANTA CATARINA, 1906).

A proibição da extração do mate e mesmo outras atividades comuns por parte da população cabocla, como a abertura de roças por terceiros em terras devolutas arrendadas, pode ser vista, por exemplo, em um edital publicado pelo jornal “Vanguarda” (1910, p. 3) de Campos Novos. Nesse edital de 27 de maio de 1910, assinado por Bonifácio Ricardo da Silva, então fiscal de exportação, extração e preparo da erva-mate em Campos Novos, consta a seguinte mensagem:

Faço saber a todos os habitantes desta Villa que tendo o Governo do Estado arrendado ao Cel. Manoel Fabrício Vieira todos os hervaes sites em terras devolutas neste município, por isso é prohibido à todo e qualquer corte e beneficiamento de herva matte nas terras ditas a não ser que prove estar autorizado de fazelo pelo arrendamento.

Outrossim publico que é expressamente prohibido fazer derrubadas, roças, etc., em terras nacionaes, corte de palmeiras e outras arvores.

Nas terras concedidas à *Brazil Railway Company* e a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, a situação de precarização no acesso aos ervais pela população cabocla pode ser vista através de duas reportagens veiculadas no jornal *O Município* de Valões, em 1923, que tratam da situação envolvendo a *Lumber* e os posseiros da região. Consta na reportagem que um dos funcionários da *Lumber* passou a cobrar o arrendamento da exploração dos ervais da empresa, provocando a indignação dos posseiros. O jornal, entrevistando Abrahão Patruni um “posseiro antigo e de grande prestígio, no seio do nosso caboclo daqui”, relatou que “o dr. Plinio de Barros junto com outro funcionário mais outro estranho aos serviços da *Lumber*, se internaram nas serras todos armados e a impôr com certa arrogância que fosse pago, pelos posseiros, o arrendamento da herva”. Adiante, Abrahão segue comentando sobre a possibilidade de cerca de 400 posseiros se dirigirem ao governador para resolverem essa questão com a *Lumber* (*O Município*, 1923a, p. 1). A reportagem, que continuou na edição seguinte, finaliza alegando “que os posseiros não pagam nenhum arrendamento de herva mesmo porque a Companhia pouca questão faz por isto” (*O Município*, 1923b, p. 2). Essa situação, ao menos para reclamar a manutenção do acesso e exploração dos ervais por parte da população posseira, pode demonstrar uma força política e legitimidade por parte dela em relação ao uso da terra. O próprio viés da reportagem demonstra isso, ao tratar os posseiros como trabalhadores e pacíficos, colaborando para o reestabelecimento das relações comerciais da região após a Guerra do Contestado.

No entanto, a exploração em escala industrial da madeira por parte da *Lumber*, passou a promover sérios prejuízos aos ervais pelas técnicas empregadas na derrubada e transporte da madeira. O uso de grandes guindastes para o arrasto das toras de pinheiros e imbuías derrubadas, destruíam as árvores de erva-mate que encontravam no caminho (AURAS, 2001).

Mais ao oeste, em terras antes disputadas com o Paraná, também denominadas na época como Ex-Contestado, surgia a preocupação por parte do governo catarinense em integrá-lo à economia estadual, utilizando-se para isso de projetos de colonização para efetivar sua presença sobre este

espaço (POLI, 1995). Essa colonização foi conduzida não pelo Estado, mas por várias companhias colonizadoras privadas que passaram a receber terras devolutas para colocar “em prática a opção de uma migração dirigida a grupos específicos que se adequassem aos padrões estabelecidos pelo governo estadual e por elas próprias, ou seja, que povoassem e colonizassem a região ordeiramente”. A escolha desses colonos não incidiu sobre a população cabocla, mas sim sobre os teutos e ítalo-brasileiros estabelecidos nos núcleos de colonização do Rio Grande do Sul (NODARI, 2009, p. 34).

Alguns fatores estimularam a saída dos imigrantes do Rio Grande. Dentre eles, como aponta Werlang (2006), estão o esgotamento dos solos, a liberação da mão-de-obra acarretada pela tecnificação das lavouras e o costume das famílias alemãs e italianas de viabilizar o futuro dos filhos, adquirindo para estes um lote de terra, o que entra em choque com a falta de terrenos disponíveis para a compra e a inviabilidade de segmentação dos que já possuíam. Entre os fatores de atração, destacam-se as propagandas em rádio e jornal que prometiam prosperidade abundância de novas terras (NODARI, 2009).

Little (1994) comenta que a migração colonizadora é também uma construção ideológica, “onde as virtudes pioneiras e as práticas agrárias são exaltadas, às custas das memórias espaciais dos habitantes originários da região” (LITTLE, 1994, p. 13). Assim os caboclos e suas práticas espaciais são desqualificados pelo olhar do colonizador e pelo poder público. Como no caso das falas de Breves (1985), por exemplo, esses moradores passam a ser vistos como um entrave à civilização que se projetava naquele espaço. O descompasso entre diferentes temporalidades e espacialidades que antes eram independentes, estranhas entre si, passam a coexistir em um mesmo espaço. A floresta, vista como uma fronteira seria, nesse período de colonização, um espaço de encontro “dos que por diferentes razões são diferentes entre si”, sendo, como aponta Martins (1996, p. 27):

(...) a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História.

A ruptura nas formas de acesso e uso da terra por parte da população cabocla passou a ocorrer quando a institucionalização da propriedade privada da terra, no caso do Oeste, representada pelas companhias colonizadoras, atingiram as terras que os posseiros ocupavam. Esse período é visto pelos caboclos como um divisor de tempos, entre o “d’antes”, também chamado de “tempos da folga”, da “largueza” e da “fartura”, lembrados como tempo de abundância de terras, pois não havia concorrência pelas mesmas, em contraposição aos tempos advindos a partir da colonização, que resultaram na “escassez de área”, com o fim da “roça cabocla” e o binômio das “terras de plantar” e “terras de criar” (RENK, 2006, p. 125).

Poderia se imaginar que os moradores caboclos esperassem que os colonos se integrassem às suas práticas, demonstrando a disposição de se “enquadrar”, como até então ocorria com o aporte de famílias de origem cabocla, compartilhando seus costumes em comum. No entanto, os colonos ao migrarem para essas novas áreas, buscavam manter suas práticas culturais e espaciais, pois estes, “tanto teutos quanto ítalos, formavam grupos bastante fechados, dentro da sua identidade étnica com suas retóricas, símbolos e rituais através dos quais defendiam a manutenção e se, necessário, a renegociação das suas práticas socioculturais” (BRANDT E NODARI, 2011, p. 86).

Nesse ponto de vista, valendo-se de Raffestin (1993), os colonos acabam por idealizar sua própria “imagem territorial” do Oeste catarinense, que entraria em ruptura com o território real já no momento de sua chegada. A inconcretude dessa imagem se deu primeiro devido a uma “imagem territorial nunca ser transcrita tal e qual a partir do plano” (RAFFESTIN, 1993, p.148), sempre havendo elementos adjacentes e alheios às vontades dos atores. Segundamente, pois os colonos não seriam os únicos atores ocupando e atuando sobre o território, a paisagem cabocla com que os colonos se depararam não remetia à prometida prosperidade, mas era associada ao atribuído atraso inerente aos brasileiros.

A dimensão das posses, que comumente ultrapassavam o chamado “milhão de terras”, o equivalente a 100 hectares, se comparada a dimensão dos lotes coloniais, de cerca de 24 hectares e o choque

demográfico promovido por esse processo era, portanto, incompatível com a “roça cabocla” à medida que avançavam as cercas, as queimadas e sobretudo as serras.

No caso dos colonos, a derrubada se dava inicialmente pela abertura das roças. Muitas árvores foram queimadas ou apodreceram nesse processo pela ausência de serrarias próximas ou estradas que tornassem viável o transporte da madeira. É o que ocorreu, por exemplo na Colônia Marechal Hindemburgo, atualmente localizada no município de Fraiburgo, como relatou Carlos Hepp (2005, depoimento), que imigrou ainda criança junto com seus pais da Alemanha, fugindo do nazismo, para a colônia nos anos de 1930:

O pai estragou muito pinheiro. Quando começava a plantar milho e caía grimpava ele juntava nó-de-pinheiro o dia todo com a mãe e rodeava o pinheiro. Daí colocava fogo e aqueles nós queimavam metade do pinheiro com o calor. Daí eles pegavam aquela serra de dente e serravam. [...] Naquele tempo não tinha estrada para tirar os pinheiros [...].

A melhoria das vias de comunicação, junto com a avaliação do potencial madeireiro da região, sobretudo da araucária, fez com que as empresas colonizadoras, ou mesmo os próprios colonos, obtivessem ganhos significativos com a venda das árvores. A partir de então, foram instaladas diversas serrarias e madeireiras na região (SILVA, BRANDT e MORETTO, 2019).

Também nas regiões entre os Campos e a FOM a araucária, até então pouco valorizada, começava a despertar o interesse a partir da abertura de estradas e melhoria dos transportes. É o que relembra Ivadi de Almeida (2010, depoimento), antigo fazendeiro da região de Curitiba “não valia nada. Nesse tempo que eu te falo o pinheiro não valia nada. O pinheiro começou a valorizar na região lá por [19]40 mais ou menos”. Assim, a araucária passou de “problema” à aspecto importante na valorização da terra, pois com a venda da madeira era possível, como salienta Lago (1988, p. 273), “fazer dinheiro” rápido e fácil, e no caso dos pecuaristas, possibilitava também expandir a área de criação.

Tanto nas regiões de colonização, quanto nas florestas próximas às áreas próximas aos Campos, o caráter nômade de parte das serrarias facilitava a exploração das árvores, pois estas eram “unidades relativamente simples, podendo ser desmontadas e transferidas para outros locais de maior densidade de recursos arbóreos industrializáveis. Desse modo, o caráter ambulatório é resultante habitual” (LAGO, 1988, p. 273).

Imagens produzidas entre os anos de 1940 e 1950 ilustram esse processo de transformações na paisagem promovidos pela colonização e pela ação da indústria madeireira. A partir dessas imagens, como aponta Marcos Gerhardt (2005), “pode-se conhecer parte das mudanças e permanências no ambiente daquele período, e também a compreensão da população da época sobre a natureza” (GERHARDT, 2005, p. 78), ou seja, da paisagem que os cercava. Produzidas por empresas madeireiras ou mesmo instituições de pesquisa como o IBGE, em viagens de campo produzidas por geógrafos, essas imagens ilustram bem o ideal de modernização e progresso que se pretendia para a região.

A abertura e melhoria das vias de comunicação, aliadas à gradual tecnificação das serrarias a partir do desenvolvimento econômico das atividades, acelerou as transformações na paisagem. A difusão de motores elétricos e a combustão, asseguraram, como ressalta Paul Claval (2007) “o acesso a formas concentradas de energia, o que provoca uma racionalização brutal do trabalho” (CLAVAL, 2007, p. 48). Disseminam-se na região o uso de caminhões para o transporte das toras e tábuas serradas, ampliando o escoamento da produção, que antes girava em torno da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande ou nas proximidades do Rio Uruguai, onde eram transportadas por balsas. Introduzem-se motosserras e máquinas movidas a eletricidade, gerada não somente nos locomóveis ou caldeiras, mas também em pequenas barragens construídas pelas próprias empresas. A imagem da Figura 2 mostra, por exemplo, a abertura de uma estrada na região de Santa Cecília, em fins da década de 1950, onde é também possível observar a floresta ao fundo. Motosserras, como a da Figura 3 que mostra uma imbuia derrubada no ano de 1946, e caminhões empregados no transporte de madeira da floresta para a serraria, como na Figura 4, demonstram não apenas a transformação, mas a aceleração no processo de devastação das florestas outrora ocupadas por diversas famílias caboclas, ou usufruídas em comum na criação de animais e na coleta de erva-mate.

Figura 2 - Santa Cecília (SC): estrada com araucárias ao fundo, 1959.



Fonte - GEIGER E JABLONSKY (2020).

Figura 3 - Fraiburgo (SC): imbuia centenária derrubada por uma motosserra da serraria René Frey & Irmão, 1946.



Fonte - Museu Municipal de Fraiburgo.

Figura 4 - Pinhalzinho (SC): tora de araucária embarcada em um caminhão após a derrubada, década de 1950.



Fonte - Museu Histórico de Pinhalzinho.

Esse processo de aceleração no ritmo de transformação da paisagem da FOM, convertendo a floresta em áreas de lavouras e pastagens, pode ser visto nas Tabelas 1 e 2. Nestas optou-se por manter a divisão regional adotada entre as décadas de 1940 e 1960, das zonas fisiográficas, que permite a observação em conjunto de uma área relativamente igual, em um período de três décadas. A Tabela 1 traz alguns indicativos de área, população e terras de uso agropecuário. Já a Tabela 2, mostra a relação em porcentagem referente a composição de matas e florestas, lavouras e pastagens entre as décadas de 1920 a 1960.

Tabela 1 - Santa Catarina: distribuição das terras de uso agropecuário das zonas fisiográficas dos Campos de Lages, Planalto de Canoinhas, Rio do Peixe e Oeste segundo sua utilização, 1920-1960.

		1920	1940	1950	1960
Área total da zona (ha)	Zona dos Campos Lages	2.538.400	2.608.500	2.462.400	2.497.100
	Zona do Planalto de Canoinhas	1.226.700	1.275.600	1.185.000	1.200.200
	Zona do Rio do Peixe	918.800	919.700	1.079.300	1.083.200
	Zona do Oeste	1.156.600	1.479.300	1.407.100	1.431.300
População residente	Zona dos Campos de Lages	79.466	174.406	184.352	262.780
	Zona do Planalto de Canoinhas	63.019	118.515	141.794	165.001
	Zona do Rio do Peixe	13.335	94.139	183.575	221.640
	Zona do Oeste	11.315	44.327	96.624	241.941
Área de uso agropecuário (ha)*	Zona dos Campos de Lages	1.575.139	2.043.215	1.798.208	1.850.058
	Zona do Planalto de Canoinhas	575.548	627.364	647.881	714.795
	Zona do Rio do Peixe	25.431	470.541	747.800	834.155
	Zona do Oeste	116.024	267.836	569.432	735.757

Fonte - Elaborado pelos autores com base em MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (1920, p. 113-114) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1940, p. 235; 1950, p. 39; 1960, p.120-125).

*Considera-se a soma da área dos estabelecimentos agropecuários, entendidos como toda área de exploração agropecuária contínua das propriedades.

Tabela 2 - Santa Catarina: porcentagem das áreas de matas e florestas, lavouras e pastagens das zonas fisiográficas dos Campos de Lages, Planalto de Canoinhas, Rio do Peixe e Oeste, 1920-1960.

		1920	1940	1950	1960
Matas e florestas*	Zona dos Campos de Lages	36,69%	24,18%	25,20%	25,70%
	Zona do Planalto de Canoinhas	43,60%	17,22%	19,93%	19,62%
	Zona do Rio do Peixe	72,49%	37,27%	28,59%	31,00%
	Zona do Oeste	79,87%	52,50%	62,18%	45,11%
Lavouras	Zona dos Campos de Lages	0,55%	4,59%	4,01%	5,79%
	Zona do Planalto de Canoinhas	2,06%	8,66%	11,98%	15,69%
	Zona do Rio do Peixe	14,68%	14,29%	21,38%	22,85%
	Zona do Oeste	0,50%	7,50%	13,08%	26,94%
Pastagens**	Zona dos Campos de Lages	-	57,01%	59,12%	58,59%
	Zona do Planalto de Canoinhas	-	46,41%	39,93%	36,92%
	Zona do Rio do Peixe	-	26,52%	28,01%	27,08%
	Zona do Oeste	-	23,02%	14,00%	13,84%

Fonte - Elaborado pelos autores com base em MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO (1920, p. 113-114) e INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1940, p. 235; 1950, p. 39; 1960, p.120-125).

*Área dos estabelecimentos ocupada por matas e florestas, naturais e reflorestadas, destinadas à exploração madeireira ou conservadas como reservas.

**Dados contabilizados na área de uso agropecuário mas não discriminados no censo de 1920.

Ao observar os dados das duas tabelas, é possível constatar o aumento populacional maior nas zonas fisiográficas Planalto de Canoinhas, Oeste e Rio do Peixe, onde a colonização estava em processo de expansão e consolidação. Esse crescimento veio acompanhado do maior uso agropecuário, em relação aos Campos de Lages, por exemplo, cuja atividade pecuária dominava os Campos há mais de um século e meio se mantendo relativamente estável nessas três décadas. Nessa região, é principalmente a partir da década de 1960, que a agricultura mecanizada para a soja e a expansão da silvicultura com o *pinus* (*Pinus sp.*) teriam maior presença. Essa conversão de florestas em lavouras e pastagens, promovidas pela colonização e pela indústria madeireira, foi a responsável, em um período de aproximadamente um século, pela redução da área dominada pela FOM a apenas 3% de sua cobertura original (CARVALHO, 2006; BERTONCELLO, PETRY e MARTINEZ, 2018).

Aos caboclos restavam duas opções: adaptar-se ou serem excluídos, pela desestruturação do modo de vida anterior, baseado na “folga”, na “largueza”, e na “roça cabocla” e pelas novas estruturas impostas pelo colonizador. A desestruturação desse modo de vida anterior, desorganizou, nas palavras de Renk (2006), a “base morfológica do grupo de posseiros [e] alterou os diversos níveis de vida desse grupo” (RENK, 2006, p. 118). Sem as terras, ou o acesso às mesmas para reprodução de costumeiras práticas de uso da floresta para a criação ou a extração da erva-mate, restou a muitos o emprego assalariado nas serrarias que se abriam na região, em alguma ervateira local ou a busca por terras mais distantes, onde a propriedade privada da terra ainda não tinha chegado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante aproximadamente um século, desde as primeiras ocupações interiorizando-se na floresta, às margens das grandes propriedades pastoris dos campos, a população cabocla desenvolveu um conjunto de práticas condizentes com os recursos naturais disponíveis. O que possibilitou o

desenvolvimento de práticas relacionadas ao uso e acesso em comum da terra e dos recursos naturais para a coleta da erva-mate e a criação de animais, sobretudo porcos. Essas práticas, juntamente com a formação de pequenas roças destinadas à subsistência, formando o que autores como Queiroz (1981) denominaram como “roça cabocla”, moldaram o que pode ser conhecido como uma “paisagem cabocla”. Esta, um importante elemento na manutenção da morfologia da paisagem da FOM, em alguns espaços até pelo menos a primeira metade do século XX, quando novas relações socioespaciais baseadas na propriedade privada da terra se fizeram sentir em diferentes tempos em diferentes lugares.

Nas áreas mais ao norte, próximas ao Paraná e a Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, as áreas ricas em ervais foram as primeiras a ser alvo da apropriação privada, fazendo com que muitas famílias passassem a ter o acesso aos ervais impedidos, na medida que eram alvo de concessões ou arrendamento por parte do Estado. Mais ao Oeste, por outro lado, os ervais continuavam a ser explorados por famílias caboclas, cujo destino era ervateiras argentinas localizadas próximas à fronteira com o Brasil. Nessa região, a “roça cabocla” e a exploração dos ervais entrariam em desestruturação à medida que a colonização promovida, sobretudo a partir da década de 1920, avançava.

A atuação das colonizadoras desconsiderava o regime da posse e tradicionais formas de uso e acesso à floresta. Além da expropriação, a incompatibilidade de usos da terra envolvendo colonos e caboclos e a derrubada das florestas promovidas pela abertura de roças pelos colonos, agora de forma mais intensa, dado o aumento da densidade populacional promovido pela forma de colonização e a dimensão das propriedades, paulatinamente ia promovendo o término de atividades como a criação dos animais soltos. Passaram então, a conviver com a desqualificação de suas formas de acesso e uso da terra, ao passo que foram exaltadas as virtudes dos colonos, principalmente de origem germânica e italiana, em relação a valorização do trabalho e as suas práticas agrícolas.

Muitos caboclos, se não partiram em busca de novas terras, conseguindo legalizar ao menos parte da posse, paulatinamente passaram a cultivar e a criar à maneira dos colonos, com a criação fechada e as lavouras abertas. Outros, no entanto, passaram a trabalhar como assalariados em atividades como a extração da erva-mate ou nas serrarias que passaram a ser instaladas. Atualmente, muitos dos seus descendentes ocupam bairros periféricos de diversas cidades da região ou compõe quadro de diversos acampamentos e assentamentos do MST da região (PERTILE, 2013; RENK, 2009).

AGRADECIMENTOS

A pesquisa que resultou nesse artigo foi financiada pelos Editais nº 459/GR/UFFS/2019 (bolsa e auxílio financeiro) e nº 335/GR/UFFS/2019 (bolsa CNPq).

REFERÊNCIAS

FONTES ORAIS

ABRÃO, S. C. 59 anos. Depoimento, 28 de setembro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

ALMEIDA, I. 87 anos. Depoimento, 25 de maio de 2010. Curitiba. Entrevistador: Marlon Brandt. Acervo do autor.

HEPP, C. 72 anos. Depoimento, 23 de julho de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

LEITE, J. L. C. 64 anos. Depoimento, 2 de outubro de 2005. Fraiburgo. Entrevistador: Marlon Brandt.

QUADROS, J. 76 anos. Depoimento, novembro de 2014. Chapecó. Entrevistadoras: Melânia Olmira Höhn e Maria Neusa Castaman. Acervo do projeto de extensão Memória histórico-geográfica do Planalto e do Oeste de Santa Catarina: imagens e oralidades.

SILVA, R. F. da. 78 anos. Depoimento, 30 de janeiro de 2006. Chapecó. Entrevistadoras: Miriam Carbonera e Caroline Tedesco Duarte. Acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

FONTES PRIMÁRIAS

GEIGER, P. P.; JABLONSKY, T. **Floresta de araucárias próximo a Santa Cecília (SC)**. 1 fotografia,

p&b, 1959. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br>. Acesso em: 21 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Recenseamento Geral do Brasil (1º de Setembro de 1940)**. Série Regional, parte XIX – Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952.

_____. **Estado de Santa Catarina: censos econômicos**. Série Regional, v. XXVII, Tomo II. Rio de Janeiro: [s.n.], 1956.

_____. **Censo Agrícola de 1960: Paraná e Santa Catarina**. VII Recenseamento Geral do Brasil. V. II, Tomo XII, 1ª parte. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

_____. **Biblioteca**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Recenseamento do Brasil (Realizado em 1º de setembro de 1920), Volume III, 1ª Parte**. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1923.

MUSEU HISTÓRICO DE PINHALZINHO. Caminhão Dodge 51 de Alberto Perin. Foto 039. Acervo do Museu Histórico de Pinhalzinho.

MUSEU MUNICIPAL DE FRAIBURGO. Imagens da Serraria René Frey & Irmão. Acervo do Museu Municipal de Fraiburgo.

O Município. Valões, ano 1, n. 4, 21 de junho de 1923.

_____. Valões, ano 1, n. 5, 7 de julho de 1923.

SANTA CATARINA. Lei n. 700, de 27 de outubro de 1906. Coleção de Leis do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Gab. Typographico d'O Dia, 1906, p. 15-16.

Vanguarda. Campos Novos, ano 4, n. 4, 1º de junho de 1910.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 6, n. 1, p. 9-32, maio 2004. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p9>

AURAS, M. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. 4. ed. Florianópolis: Ufsc, 2001.

BERTONCELLO, V. L.; PETRY, C.; MARTINEZ, J. A exploração da floresta de araucária: um enfoque da história ambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.7, n.3, p. 275-294, 2018. <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2018v7i3.p275-294>

BRANDT, M.; NODARI, E. S. Comunidades tradicionais da Floresta de Araucária de Santa Catarina: territorialidade e memória. **História Unisinos**. v. 15, n. 1, p. 80-90, 2011. <https://doi.org/10.4013/htu.2011.151.09>

BRANDT, M. Uma história ambiental dos Campos do Planalto de Santa Catarina. 2012. Tese (Doutorado em História) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. Apropriação/expropriação de terras no pós-contestado: um estudo sobre a concessão da Fazenda Butiá Verde (1929). In: CAMPOS, N. J. de; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. (Orgs.). **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2013.

_____. Paisagens caboclas no oeste de Santa Catarina: colonização e rupturas. In: BRANDT, M.; NASCIMENTO, E. (Orgs.). **Oeste de Santa Catarina: território, ambiente e paisagem**. São Carlos: Pedro e João, 2015a.

_____. Criação de porcos “à solta” na Floresta Ombrófila Mista de Santa Catarina: paisagem e uso comum da terra. **História**, v. 34, p. 303-322, 2015b. <https://doi.org/10.1590/1980-436920150001000051>

BREVES, W. de S. O Chapecó que eu conheci. In: **Revista do IHGSC**, 3ª fase, n. 6, p. 7-73, 1985.

CAMPOS, N. J. de. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico-sócio-espacial**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

- CARVALHO, M. M. X. de. O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguaçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.
- CAVALLAZZI, R. L. **Contestado**: tempo do camponês, espaço da propriedade privada. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.
- CLAVAL, P. **Geografia cultural**. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.
- CORRÊA, R. L. O sudoeste paranaense antes da colonização. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 1, ano 32, p. 87-98, jan/mar. 1970.
- COSTA, E. V. da. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. In: _____. **Da Monarquia à República**: momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: Unesp, 1999.
- FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina**: o Extremo-Oeste de Santa Catarina e Paraná e Província de Misiones (Século XX e XIX). 2011. Tese (Doutorado em Geografia) –Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.
- FURLAN, S. Â. Florestas culturais: manejo sociocultural, territorialidades e sustentabilidade. **Agrária**, n. 3, p. 3-15, 2006. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i3p3-15>
- GERHARDT, M. Imagens, natureza e colonização no Sul do Brasil. In ARRUDA, G. (org.). **Natureza, fronteiras e territórios**: imagens e narrativas. Londrina: Eduel, 2005.
- GOULARTI FILHO, A. Complexo ervateiro e a pequena produção mercantil em Santa Catarina. **Diálogos**, v. 16, n. 1, p. 179-215, jan-abr. 2012. <https://doi.org/10.4025/dialogos.v16i1.538>
- HIRSH, M. A. P. **De Verona a Chapecó**. Chapecó: Argos, 2005.
- KLEIN, R.M. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**, elaborado por Roberto Miguel Klein – Herbário “Barbosa Rodrigues” - Itajaí-SC, 1978/ Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis-SC, 1978.
- LAGO, P. F. **Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental**. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.
- LEITE, P. F.; KLEIN, R. M. Vegetação. In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geografia do Brasil**: região Sul. v. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- LINDMANN, C. A. M. **A vegetação do Rio Grande do Sul**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1974.
- LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma nova antropologia da territorialidade. Brasília: Unb, 2002. Série Antropologia, n. 322.
- MACHADO, P. P. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas: Unicamp, 2004.
- MARQUETTI, D.; SILVA, J. B. L. da. Cultura cabocla nas fronteiras do sul. In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (orgs.). **História da Fronteira Sul**. Chapecó: UFFS, 2016. p. 109-129.
- MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; v. 8, p. 1, p. 25-70, maio de 1996. <https://doi.org/10.1590/ts.v8i1.86141>
- McKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. de C. (orgs). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Nupaub/Usp, 2001.
- MONTEIRO, D. T. **Errantes do novo século**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- MORETTO, S. P.; BRANDT, M. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. **Tempo e Argumento**, v. 11, n. 26, p. 229-254, jan./abr. 2019. <https://doi.org/10.5965/2175180311262019229>
- NODARI, E. S. **Etnicidades renegociadas**: práticas socioculturais no oeste de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.
- OVERBECK, G. E. *et. al.* **Brazil's neglected biome: The South Brazilian Campos. Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics**, v. 9, n. 9, p. 101-116, 2007. <https://doi.org/10.1016/j.ppees.2007.07.005>
- PARANÁ, S. **Chorographia do Paraná**. Curitiba: Typ. Da Livraria Econômica, 1899.

PERTILE, N. Espacialidade das ações humanas: o trabalho cotidiano na agricultura familiar do Oeste catarinense. In: CAMPOS, N. J. de; BRANDT, M.; CANCELIER, J. W. **O espaço rural de Santa Catarina: novos estudos**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

PHILO, C. História, geografia e o “mistério ainda maior” da geografia histórica. In: GREGORY, D., MARTIN, R., SMITH, G. (orgs). **Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PILLAR, V. de P.; QUADROS, F. L. F. de. *Grassland-forest boundaries in southern Brazil*. **Coenoses**. v. 12, n. 1-2, p. 119-126, 1997.

POLI, J. Caboclo: pioneirismo e marginalização. In: CEOM. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos do Ceom**. Chapecó: Unoesc, 1995.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 1 – Estrutura de poder e economia (1889-1930). 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

QUEIROZ, M. V. de. **Messianismo e conflito social: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916)**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1981. Coleção Ensaaios, n. 23.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAMBO, B. A Fisionomia do Rio Grande do Sul. **Cadernos RBMA: Série Documentos Históricos**, n. 31. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/rbma/pdf/Caderno_31.pdf>. Acesso em 3 de março de 2010.

RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico no oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2006.

_____. Expropriação do campesinato do oeste catarinense. In: GODOI, E. P. de; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias: construções identitárias e sociabilidades**. São Paulo: Editora Unesp/Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. v.1.

_____. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense**. 2 ed. re. Chapecó: Argos, 2006.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo: EdUsp, 2004.

SILVA, C. M. da; BRANDT, M.; MORETTO, S. P. Transformando a paisagem: uma história ambiental de Chapecó. In: CARBONERA, M.; ONGHERO, A. L.; SALINI, A. (orgs.). **Chapecó 100 anos: histórias plurais**. 2.ed. Chapecó: Argos, 2018, , p. 181-214

TOMPOROSKI, A. A. Serra fita – serra vida: os trabalhadores da Lumber e a classe operária no Planalto Norte de Santa Catarina, 1910-1940. In: ANPUHSC. Encontro Estadual de História 10, Reunião Nacional do GT Estudos de Gênero, 3; Jornada Nacional de História do Trabalho, 2. 2004. **Anais...** Florianópolis: Ufsc p. 308-311.

_____. O pessoal da Lumber! Um estudo acerca dos trabalhadores da Southern Brazil Lumber and Colonization Company e sua atuação no planalto norte de Santa Catarina, 1910-1929. 2006, Dissertação (Mestrado em História) – Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.

WAIBEL, L. Princípios da colonização européia no Sul do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 159-222, abr/jun., 1949.

WERLANG, A. A. **Disputas e ocupação do espaço no oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó: Argos, 2006.

Recebido em: 12/06/2020

Aceito para publicação em: 28/09/2020